

MENCIONE-SE PUBLIQUE-SE EXPEÇA-SE 23: 10/06 Coleste Corre

Por determinação de Sua Excelência Presidente da Fi.R. 1 MALEN

Requerimento nº 274/X(2ª)-AC

(20/10/06)

J---

Assunto: Encerramento de serviços de Saúde no Concelho de Montemor-o-Novo Apresentado por: Deputado Abílio Fernandes (PCP)

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República,

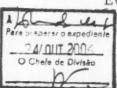
No passado mês de Março, perante notícias que davam conta do encerramento de alguns serviços públicos de saúde no Concelho de Montemor-o-Novo, o Grupo Parlamentar do PCP solicitou ao Ministério da Saúde esclarecimentos sobre o encerramento da Extensão de Saúde de São Cristóvão, do internamento do Centro de Saúde de Montemor-o-Novo e do seu Serviço de Atendimento Permanente no período nocturno.

A esse requerimento respondeu, em Junho, o Ministério da Saúde, dizendo que não havia intenção "de encerrar a Extensão de São Cristóvão" e que a Sub-Região de Saúde de Évora teria "em curso um processo de reorganização dos serviços de saúde, com a finalidade de servir com maior qualidade e acessibilidade os cidadãos".

Passados apenas 4 meses, surge agora a confirmação do encerramento do Serviço de Atendimento Permanente no período nocturno e a possibilidade de encerramento do serviço de internamento e das Extensões de Saúde de São Geraldo, Fazendas do Cortiço, Baldios, Silveiras e Casa Branca. O referido "processo de reorganização dos serviços de saúde" parece ser afinal um processo de extinção de serviços públicos.

A confirmar-se, esta decisão importará para a população de Montemor-o-Novo graves prejuízos que não podem de forma alguma corresponder a uma intenção de, como dizia o Ministério, "servir com maior qualidade e acessibilidade os cidadãos".

Apesar das dificuldades que enfrenta, o Concelho de Montemor-o-Novo dispõe hoje de algumas infraestrutras e serviços que garantem condições para o seu desenvolvimento e que importa manter e melhorar. Os serviços de saúde são, obviamente, um dos serviços fundamentais para qualquer estratégia de desenvolvimento concelhio, significando a sua extinção uma inadmissível limitação imposta ao desenvolvimento do que é hoje o segundo maior concelho do Distrito de Évora.





O Centro de Saúde de Montemor-o-Novo serve mais de 18000 utentes, abrangendo sobretudo uma população envelhecida, marcada pelo isolamento, por fracos recursos económicos e pelas difíceis condições de vida que tem que suportar.

O encerramento de qualquer serviço público de saúde naquele Concelho, que implique para a sua população a necessidade de se deslocar a Évora ou a Vendas-Novas, significa colocar a população a cerca de meia hora dos serviços de saúde mais próximos. E significa ainda, para aqueles utentes, a necessidade de suportarem as despesas da deslocação, quando muitas vezes não têm sequer meios económicos para adquirir os medicamentos de que necessitam.

Uma política de saúde que se preocupe seriamente com as necessidades da população exige a manutenção de equipamentos e serviços de saúde públicos que dêem resposta a essas necessidades, garantindo que o direito à saúde é assegurado a todos os cidadãos. E exige ainda uma especial preocupação com aqueles que não dispõem de condições económicas para suportar os custos de clínicas ou hospitais privados, e cujo único recurso são, por isso, os serviços públicos.

O encerramento de serviços públicos de saúde no Concelho de Montemor-o-Novoterá, por isso, como consequência o agravamento das condições de vida dessa população e acentuará as desigualdades sociais e económicas entre os seus habitantes, com prejuízo para os mais desfavorecidos.

Nestes termos, e ao abrigo da alínea d) do artigo 156º da Constituição da República Portuguesa e da alínea l) do nº1 do artigo 5º do regimento da Assembleia da República, requeiro ao Governo, através do <u>Ministério da Saúde</u>, os seguintes esclarecimentos:

- Confirma o Ministério da Saúde a intenção de encerramento de serviços públicos de saúde no Concelho de Montemor-o-Novo?
- Confirmando, que serviços serão encerrados, em que condições e que alternativas serão garantidas aos utentes?
- 3. Que medidas estão previstas para garantir que essas alternativas não significarão aumento de encargos para os utentes, nomeadamente para aqueles que são afectados por situações de maior isolamento e com menores recursos económicos?
 Muio Um Jumen.

O Deputado